

# DESAPROPRIADOS DE ITAIPU BINACIONAL NA AMAZÔNIA: UM PROJETO DE COLONIZAÇÃO E CONTRARREFORMA AGRÁRIA DA DITADURA MILITAR

EXPROPRIADOS DE ITAIPU BINACIONAL EN LA AMAZONÍA:  
UN PROYECTO DE COLONIZACIÓN Y CONTRARREFORMA  
AGRARIA DE LA DICTADURA MILITAR



Luana Milani Pradela<sup>1</sup>

## Resumo

A pesquisa apresentada a seguir tem por objetivo demonstrar como o projeto de ocupação da Amazônia legal durante a ditadura militar teve impactos em outras áreas do Brasil, incentivando a migração de sujeitos vindos de diferentes regiões num processo de (contra)reforma-agrária. Entre essas regiões, está o Oeste paranaense, atingido pela construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional que desapropriou mais de 40 mil pessoas, sendo muitas delas destinadas a projetos de colonização na Amazônia legal administrados pelo INCRA ou por empresas imobiliárias (colonizadoras) particulares.

**Palavras-chave:** Amazônia legal; colonização; Itaipu Binacional.

## Resumen

La investigación que se presenta tiene como objetivo demostrar como el proyecto de ocupación legal de la Amazonia durante la ditadura militar tuvo impactos en otras áreas de Brasil, fomentando la migración de sujetos de diferentes regiones en un proceso de (contra)reforma agraria. Entre estas regiones se encuentra el Oeste de Paraná, afectado por la construcción de la central hidroeléctrica Itaipú Binacional, que expropió más de 40 mil personas, muchas de las cuales fueron destinadas a proyectos de colonización en la Amazonha legal, gestionados por el INCRA o por empresas inmobiliarias privadas (colonizadores).

**Palabras clave:** Amazônia legal; colonización; Itaipu Binacional.

---

<sup>1</sup> Mestra em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Doutoranda em História, Poder e Práticas Sociais na mesma instituição. E-mail: [lumilanipradela@gmail.com](mailto:lumilanipradela@gmail.com).



## Introdução

Em outubro de 1982, as águas do Rio Paraná começaram a subir. Era resultado da faraônica construção da hidrelétrica Itaipu Binacional, no Oeste paranaense, ocasionando a transformação do espaço por meio da formação do reservatório com o alagamento de quilômetros de terras férteis e a expulsão de mais de 40 mil pessoas.

Destas 40 mil pessoas, muitas já vinham de processos migratórios (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais), onde o acesso à terra já havia sido impossibilitado a elas. A geógrafa Guiomar Germani, pioneira no estudo sobre os desapropriados de Itaipu Binacional, aponta que além dos habitantes da área alagada pelo reservatório terem vindo de diferentes regiões, também ocuparam o território de formas diferentes:

A população foi chegando, não só de várias maneiras, não só de vários lugares, não só trazendo diferentes experiências de vida, mas também com uma disponibilidade econômica diferenciada, o que fez com que também se estabelecessem de forma diferenciada. Assim, uns compraram as terras através de colonizadoras, já vieram com a terra garantida; outros compraram quando chegaram; muitos compraram o 'direito', isto é, a posse, e outros abriam uma posse para si ou para vender para outros. Mas todos que chegaram nestas terras férteis continuaram lutando através de seu trabalho para 'domar' a terra, derrubando a mata, destocando, plantando e enfrentando todo tipo de dificuldades<sup>2</sup>.

O território foi então ocupado por grandes e pequenos proprietários, posseiros, trabalhadores em condição de arrendatários e meeiros, além da formação de núcleos urbanos com atividades comerciais, como o caso das duas vilas que foram completamente submersas pelas águas do reservatório: Itacorá e Alvorada do Iguaçu.

Da mesma forma que esses sujeitos se estabeleceram na região de maneiras diversas, também foram expulsos e tratados de forma diferente pelo Estado ditatorial e sua representante Itaipu Binacional, a começar pelas negociações sobre os preços que seriam pagos pelas terras desapropriadas. As desapropriações ocorriam por meio da aquisição do título de domínio da propriedade que seria alagada e no caso de quem não tinha o título, como os

---

<sup>2</sup> GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003. p. 55.



posseiros, meeiros e arrendatários, não receberiam nada pela terra ou receberiam “simplesmente o valor de suas benfeitorias e dos benefícios realizados na terra (derrubada, destocamento, preparo para uso de máquinas *etc.*).<sup>3</sup>

O Oeste do Paraná foi palco de ocupações irregulares, titulações sobrepostas, invasões de terra e conflitos. Terras ocupadas pelas populações indígenas foram entregues – não sem resistência – a empresas colonizadoras (imobiliárias) e vendidas a migrantes vindos especialmente do Rio Grande do Sul, enquanto os nativos eram desassistidos pelos órgãos responsáveis sob a justificativa de que “estavam integrados e não necessitavam mais de terras”<sup>4</sup>.

Já entre os migrantes, havia os que compraram terras das colonizadoras (muitas das quais já ocupadas por posseiros) e os que abriram a posse, como apontou Germani<sup>5</sup>. Os posseiros, sem o título da terra, foram impossibilitados de ter acesso ao valor total pago pelo Estado, o qual se beneficiava pois teria menor gasto com as desapropriações. Alguns, ainda, se estabeleceram trabalhando como arrendatários e meeiros, sem a condição de pagar por um pedaço de terra.

Germani, ao longo de sua pesquisa, demonstra que além das diferenças mencionadas, havia o estabelecimento unilateral dos preços pagos, negociações individuais, critérios de classificação das terras pouco esclarecedores e considerados injustos pelos desapropriados e pressões para que as propostas de Itaipu fossem aceitas<sup>6</sup>, fatores que levaram os desapropriados a se articularem em defesa de melhores preços e demandas que julgavam necessárias para as negociações.

Surge assim o Movimento Justiça e Terra, que entre 1978 e 1982 se mobilizou intensamente pela conquista de direitos. Para além dos preços, os desapropriados buscavam conseguir terras no Paraná, onde os colonos pudessem ser reassentados, conforme circular que convocava reunião dos colonos em Santa Helena, no dia 16 de outubro de 1978<sup>7</sup>.

As negociações ocorreram ao longo dos quatro anos, até a formação do reservatório. Nesse período, muitos sujeitos receberam valores diversos sobre

---

<sup>3</sup> GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água**, 2003, p. 58.

<sup>4</sup> BRIGHETTI, Clovis; DAIA, Rosângela. Encobrimento indígena no processo de colonização do Oeste do Paraná. **Revista SURES**, Foz do Iguaçu, n. 9, p. 113-131, 2017.

<sup>5</sup> GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água**, 2003, p. 60.

<sup>6</sup> GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água**, 2003, p. 74-76.

<sup>7</sup> ARQUIVO NACIONAL. **AESI Itaipu Binacional**. INFORME N° 0502/78 - E/AESI.G/. 09 de outubro de 1978.



seus bens, sendo alguns mais bem indenizados que outros. A luta possibilitou avanços e o reconhecimento nacional sobre a articulação dos desapropriados. No entanto, para os posseiros, meeiros e arrendatários que receberam apenas por suas benfeitorias, conseguir terras no Paraná se tornava um desejo distante de ser alcançado, considerando que a busca era grande e os preços se elevavam, seguindo a lógica liberal da oferta e da procura.

Para estes sujeitos, o Estado ditatorial buscou alternativas, amenizando as tensões e conflitos que surgiam, associando o projeto o governo ditatorial de ocupação da Amazônia à redução dos conflitos por terra em outras áreas do Brasil. O Movimento Justiça e Terra deu evidências claras de que a luta era uma possibilidade para os desapropriados, num momento em que a abertura “lenta e gradual” para a democracia se efetivava e as demandas sociais se tornavam cada vez mais articuladas.

### A “alternativa”

A ocupação da Amazônia não era novidade e se iniciara ainda no governo Castelo Branco (1964 – 1968), quando a Amazônia

deixou de ser uma região pensada a partir de cogitações, para ser pensada e planejada estrategicamente a partir do governo central, que criou planos, programas, superintendências para executar os planos no espaço amazônico. Com esse objetivo o governo lança mão do que se denominou “Operação Amazônia”, um complexo de leis e medidas administrativas, visando promover a definitiva integração da região ao contexto socioeconômico nacional.<sup>8</sup>

Para isso, o governo Castelo Branco cria em 1966 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o objetivo de planejar e executar projetos de ocupação na Amazônia e torná-la atrativa economicamente para aqueles que “pretendiam empreender projetos na região”. Em 1970, por meio do decreto lei nº 1.106, é lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), cuja base seguia três diretrizes a serem implantadas:

1. Abertura de duas rodovias na Amazônia: A rodovia Transamazônica (ligando o Nordeste e Belém-Brasília à - Amazônia ocidental – Rondônia e Acre); A rodovia Cuiabá-

---

<sup>8</sup> SANTANA, Arthur Bernady. BR-163: ocupar para não entregar, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 2009. p. 2.

<sup>9</sup> SANTANA, Arthur Bernady. **BR-163**, 2009, p. 2-3.



Santarém, ligando o Estado de Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas.

2. A implantação, em uma faixa de terra de 100 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “**colonização e reforma agrária**” e o início da primeira fase de irrigação do Nordeste;

3. Transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa.<sup>10</sup>

Octávio Ianni<sup>11</sup> foi precursor dos estudos sobre a ocupação da Amazônia no governo ditatorial, indicando que o que estava em andamento era um projeto de contrarreforma agrária, que visava ocupar os “vazios demográficos” (visto que a presença indígena não estava dentro dos moldes da exploração capitalista) para integrar a região dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, suprir a necessidade de mão de obra para a exploração do território e ainda esvaziar as áreas de tensões por terra em outras regiões do Brasil.

O tema da reforma agrária não era novidade e ganhou grande ênfase no governo de João Goulart, antecedendo o golpe de 1964. As demandas por acesso à terra se faziam presentes entre as pautas do Partido Comunista Brasileiro, das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião e de sindicatos de trabalhadores rurais espalhados pelo Brasil<sup>12</sup>. Tornava-se demanda crescente entre a população, evidenciada no comício na Central do Brasil do então presidente João Goulart, em 13 de março de 1964. No entanto, as tentativas de pôr em prática um projeto de reforma agrária de cunho popular, que visassem a desapropriação de latifúndios improdutivos, foram barradas pelas elites agrárias e pela instalação do golpe militar.

Logo, para lidar com a demanda de acesso à terra, promoveu-se a ocupação dirigida do território por parte do Estado ditatorial, criando projetos de assentamento administrados diretamente pelo INCRA ou por empresas

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. IN: TORRES, MAURICIO (org). *Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR163*. Brasília: CNPq, 2005 *apud* SANTANA, Arthur Bernady. **BR-163**, 2009, p. 3.

<sup>11</sup> IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 44.

<sup>12</sup> Para maior compreensão da luta pela terra no Brasil e no Paraná no período que antecede o golpe militar, ler: PRADELA, Luana Milani. **Os grupos dos onze no Paraná: trajetórias**. 2019. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.



colonizadoras privadas, para onde eram encaminhados sem-terra de diferentes áreas do Brasil, inclusive os desapropriados de Itaipu binacional.

Em ofício do INCRA, datado de 9 de maio de 1983, apresentavam-se as alternativas definidas aos desapropriados:

Com a formação da Bacia de Inundação da Hidrelétrica de ITAIPU, **cerca de 6.000 famílias estão sendo desalojadas procurando alternativas para o reassentamento** de forma a prosseguir na sua atividade costumeira, que se resume na produção agropecuária.

**Tendo em vista a escassez de áreas agricultáveis disponíveis no Estado**, serão oferecidas 03 (três) alternativas dentro do presente Projeto:

1ª - Continuidade no acompanhamento das Ações das Empresas de Colonização Particular, com credenciamento pelo INCRA, daquelas que se encontram devidamente registradas, **com projetos aprovados e com infraestrutura mínima para recepção dos colonos.**

2ª - Levantamento de áreas disponíveis para venda aos agricultores no Estado, com orientação para a seleção quanto as condições físicas, legais e acompanhamento nas negociações e no reassentamento nas áreas adquiridas pelos colonos.

3ª - **Reassentamento de pequenos produtores preferencialmente àqueles sem terras ou com áreas reduzidas, cujas indenizações não oferecem condições de auto reassentamento, em áreas próprias da União ou adquiridas por providência do INCRA<sup>13</sup>.**

Há que se questionar essa “escassez de áreas agricultáveis disponíveis”, ou se o que era escasso era o interesse por parte do governo ditatorial na desapropriação de latifúndios que não cumpriam sua função social, incentivando, pelo contrário, a migração desses sujeitos para fora do estado do Paraná, para as áreas consideradas desocupadas na Amazônia legal (em estados como Mato Grosso, Rondônia e Acre) e desconsiderando as populações nativas que lá habitavam.

Conforme o Estatuto da Terra promulgado durante o governo de Castelo Branco em novembro de 1964, a terra desempenha sua função social quando:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;

---

<sup>13</sup> SIAN. Serviço Público Federal. **Ofício do INCRA – 4 (09) nº 13**. Curitiba, 09 de maio de 1983. Do: Coordenador Regional do Incra/PR José Guilherme L. Cavagnari. Ao: Sr. Chefe ACT/SNI. Assunto: Projeto Poty. Anexo: Projeto de Assentamento Poty. Documento: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_nnn\_83004068\_doo0ide0002. P.50. Grifos nossos.



d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem<sup>14</sup>.

O Paraná, assim como outros estados do Brasil, possuía uma estrutura fundiária desigual, com o favorecimento da concentração de terra para atender aos interesses da crescente industrialização em detrimento do pequeno proprietário. No entanto, o governo ditatorial escolheu não efetivar a desapropriação de terras que não cumpriam as demandas acima, optando pela ocupação dos supostos vazios demográficos num efetivo favorecimento dos latifundiários e das empresas privadas responsáveis pela ocupação dessas áreas. Conforme Regina Beatriz Guimarães Neto,

Nesse sentido, torna-se necessário deter-nos no termo “colonização”, adotados pelos meios oficiais e pelas empresas que atuaram em grandes áreas de terras dos estados que compõem a Amazônia. **Reflete a positividade com que aparece a instauração de um grande mercado de terras controlando a distribuição, o acesso e a posse das áreas, além de selecionar as demandas. (...) o governo e as empresas privadas** (...) implementaram uma política de invasão e ocupação violenta nas terras indígenas e das terras públicas, indicadas como “espaços vazios”<sup>15</sup>.

O estatuto ainda previa que, conforme o § 2 do artigo 2º, que era dever do Poder Público “promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita (...)”<sup>16</sup>, o que destoa do direcionamento dado pelo governo aos expropriados, encaminhados para áreas para fora do estado do Paraná, região em que habitavam.

Destacamos a primeira e a terceira alternativa apontadas no ofício do INCRA<sup>17</sup>, que se relacionam com a estratégia de colonização dirigida e contrarreforma agrária apontada por Ianni ao comentar a criação do PIN e do INCRA, que tinha por finalidade “promover a colonização e execução de projetos

<sup>14</sup> BRASIL. [Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964]. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. [1964]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 31 março. 2025.

<sup>15</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História**, São Paulo, v. 27, p. 49-69, 2003. Grifos nossos.

<sup>16</sup> BRASIL. [Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964], 1964.

<sup>17</sup> SIAN. Serviço Público Federal. **Ofício do INCRA – 4 (09) nº 13**. Curitiba, 09 de maio de 1983. Do: Coordenador Regional do Incra/PR José Guilherme L. Cavagnari. Ao: Sr. Chefe ACT/SNI. Assunto: Projeto Poty. Anexo: Projeto de Assentamento Poty. Documento: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_nnn\_83004068\_doo0ide0002 página 50.



de ‘reforma agrária’<sup>18</sup>. A primeira alternativa, indica a venda de extensos lotes de terra às empresas imobiliárias a preços baixos, que organizariam os projetos de assentamento sob a fiscalização do INCRA, o qual tinha o papel de “aprovar os projetos que as empresas apresentavam, bem como o acompanhamento da execução física dos mesmos”<sup>19</sup>.

Para poderem funcionar, os projetos precisavam seguir algumas regras. Conforme o historiador Vitale Joanoni Neto, os empresários responsáveis pelas colonizadoras compravam grandes extensões de terra do INCRA,

comprometendo-se a apresentar um plano de ocupação que viabilizasse o estabelecimento de pequenos proprietários em lotes que majoritariamente variavam de 100 a 500 hectares. Os projetos de colonização constavam de planta com a distribuição dos lotes, detalhamento dos subnúcleos e do núcleo urbano. **Planejamento executivo para a dotação de infraestrutura viária, de saúde, escolar, administrativa, estudo de solo, regime de chuvas, cobertura vegetal, hidrografia, topografia, com as viabilidades econômicas e as possibilidades de cultivo e previsão de produção e comercialização.** Após a apresentação desse complexo documento, **o INCRA diplomava a empresa que poderia então iniciar os trabalhos de abertura da área e comercialização da terra. O órgão deveria fiscalizar a implantação do projeto** assim como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) deveria fiscalizar os percentuais de desmatamento<sup>20</sup>.

Havia, portanto, uma responsabilidade dessas empresas privadas em oferecer estrutura necessária para reassentar os sujeitos que eram direcionados para os projetos e ainda responsabilidade do INCRA e do IBDF em fiscalizar a implementação do projeto e a estrutura ofertada, além de um estudo sobre o solo e os tipos de atividades econômicas a serem desenvolvidas no local.

Com a desapropriação de milhares de famílias para a construção do reservatório de Itaipu Binacional, essas empresas passaram a procurar os desapropriados, assediá-los para conseguirem vender lotes nos projetos, aproveitando-se do desespero dos desapropriados e da indenização que receberiam.

---

<sup>18</sup> IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**, 1979, p. 38.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Alexandre Rodrigues; SILVA, Fábio Carlos da. A colonização promovida por empresas e famílias do centro-sul do Brasil no Estado do Mato Grosso 1958-2008. **Papers do NAEA**, Belém, v. 274, 2010.

<sup>20</sup> JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 16, p. 186-206, 2014.



Uma demonstração desse assédio pode ser observada no caso da empresa colonizadora INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), que conforme ata de reunião da Comissão Pastoral da Terra, havia convidado o bispo de Foz do Iguaçu Dom Olívio Fazza<sup>21</sup> para visitar junto a lideranças dos agricultores expropriados, áreas de colonização da companhia no Norte do Mato Grosso. Conforme registrado na ata, “o objetivo da companhia era o de que a CPT recomendasse os seus serviços aos colonos que terão suas terras inundadas por Itaipu”<sup>22</sup>, considerando a influência que a CPT exercia sobre os expropriados. A empresa se responsabilizava em assumir todas as despesas da viagem, que seria feita de avião. Essa mesma empresa Indeco havia recebido 400 mil hectares por parte do Estado para o Projeto Alta Floresta, no Mato Grosso<sup>23</sup>.

O historiador Sérgio Targansky em sua dissertação de mestrado<sup>24</sup>, desenvolveu um estudo sobre os desapropriados de Itaipu Binacional que compraram lotes de terra no Mato Grosso. O pesquisador traz em seu trabalho relatos de desapropriados que negociaram com a empresa Colonizadora Gaúcha Ltda áreas na chamada Gleba Gaúcha

De acordo com os relatos, o corretor da empresa pressionava e assediava os desapropriados com ofertas e propagandas. Conforme o desapropriado Orlandinho Ferri, que migrou da região de Santa Helena para a Gleba Gaúcha, “todo dia aparecia na terra uns dois ou três vendedores. Garantiam para a gente que na Gaúcha era bem melhor”<sup>25</sup>.

Para conquistar compradores, as empresas se somavam ao governo ditatorial em campanhas publicitárias (...) “no Sul e Sudeste do país e seu público-alvo foram os minis fundiários, pequenos produtores capitalizados daquelas regiões que, vendendo dez, por vezes cinco hectares no Paraná, podiam comprar até 200 hectares no Mato Grosso”<sup>26</sup>. No entanto, grandes extensões de terra não eram garantia de produtividade ou de possibilidade de mecanização.

---

<sup>21</sup> Destacamos que a CPT, representado por figuras como Dom Olívio Fazza (bispo em Foz do Iguaçu na época), foi uma grande aliada na luta dos expropriados por indenizações justas no processo de expropriação.

<sup>22</sup> Ata de Reunião – Comissão Pastoral da Terra. 13 e 14/12/1978. Acervo pessoal Maria José Castelano

<sup>23</sup> NETO, Vitale Joaroni. **Amazônia na década de 1970**, 2014.

<sup>24</sup> TARGANSKI, Sérgio. Desapropriados de Itaipu - rumo ao novo Eldorado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 21., 2001, Niterói. **Edição Complementar do Livro de Resumos**. Niterói: ANPUH/UFF, 2001. p. 52.

<sup>25</sup> TARGANSKI, Sérgio. **Desapropriados de Itaipu – rumo ao novo Eldorado**, 2001, p. 65.

<sup>26</sup> JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970, 2014.



Em outro relato, trazido por Targansky, do desapropriado Arnaldo Schenkel, ao relatar sobre a terra comprada:

(...) a gente achava que a firma iria fazer o que prometeu. Por causa da propaganda no rádio e porque os corretores viviam lá no pátio de cãs, acabou cedendo e nos mudamos. A gente pensou que a firma iria tomar mais providências, mas depois que a gente tinha comprado, vimos que o que eles faziam não era aquilo do que se ouvia falar ou do que a propaganda falava. A propaganda era bastante, mas as mentiras eram muito mais<sup>27</sup>.

Targansky traz em seu trabalho que, quando os possíveis compradores eram levados pela Colonizadora Gaúcha para conhecerem o projeto, eles eram conduzidos a uma área modelo de aproximadamente 20 alqueires de terras férteis, onde “tinha muita fartura por causa do trabalho e do empenho da família que a ocupava e produzia milho, feijão, amendoim (...), impressionando de modo positivo os que a observassem”<sup>28</sup>. Esse lote era usado como propaganda para convencer os visitantes. Porém, os colonos<sup>29</sup> vivenciaram uma série de dificuldades, falta de estrutura básica, de estradas adequadas – compromissos firmados por lei – além de terras de baixa produtividade que levaram muitos a trabalharem como peões em outras propriedades ou a se dedicar a atividades comerciais<sup>30</sup>.

O historiador Joaroni Neto reforça a falta de estrutura oferecida pelas empresas privadas na ocupação do Mato Grosso, salientando que a propaganda produzida para os convencer a comprarem as terras:

não falava era que os projetos estavam, em muitos casos, mal cortados por “picadões”, trilhas nas quais só se passava a pé, sem nenhuma estrutura de apoio aos colonos como postos de saúde, escolas para as crianças, estradas para o escoamento da produção, conforme constavam dos projetos que lhes eram apresentados durante as negociações para venda dos lotes<sup>31</sup>.

A conduta dessas empresas denominadas de colonizadoras nos leva a refletir sobre o termo colonizar. Um conceito utilizado desde a chegada dos

---

<sup>27</sup> TARGANSKI, Sérgio. **Desapropriados de Itaipu - rumo ao novo Eldorado**, 2001, p. 67.

<sup>28</sup> TARGANSKI, Sérgio. **Desapropriados de Itaipu - rumo ao novo Eldorado**, 2001, p. 72.

<sup>29</sup> Termo usado para se referir aos que compravam as terras das colonizadoras e se fixavam no local.

<sup>30</sup> TARGANSKI, Sérgio. **Desapropriados de Itaipu - rumo ao novo Eldorado**, 2001, p. 81-86.

<sup>31</sup> JOANONI NETO, Vitale. **Amazônia na década de 1970**, 2014.



européus no território brasileiro, relacionado a ideia de desenvolvimento, a ideia e se estabelecer num território que não é ocupado, ignorando os habitantes que já se encontravam lá, como os indígenas e/ou posseiros que migraram sem intervenção e controle do Estado.

Ao analisar a atuação das empresas colonizadoras em Santa Catarina, o historiador José Carlos Radin nos leva a refletir sobre como esse modelo de ocupação do território, de forma dirigida, exerceu um projeto civilizador, visando a superação do “sertão” em que se encontravam as áreas que não serviam aos interesses da exploração capitalista<sup>32</sup>. Compreendemos que essa mesma lógica foi utilizada para a ocupação dirigida da Amazônia, uma área habitada por povos nativos que não lidavam com a terra dentro da lógica da exploração capitalista ou posseiros que se deslocavam de forma espontânea.

A relação entre essas empresas e o Estado evidencia como a ditadura (empresarial) militar fomentou o lucro para empresas privadas. A abordagem de Targanski e Joaroni Neto demonstram que as colonizadoras comercializavam as terras e se comprometiam a assumir a construção da estrutura necessária para essas famílias, o que não se efetivava, pois não foram capazes ou o mais provável, não se interessaram em acompanhar a ocupação das terras pelos migrantes, almejando apenas o lucro sobre as terras comercializadas.

Para além dos projetos administrados por empresas privadas, havia aqueles administrados diretamente pelo INCRA, órgão público vinculado ao governo ditatorial: os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) e os Projetos de Integração Colonial (PIC).

Com base no estudo da pesquisadora Tânia Machado Rezende, os PADs teriam se iniciado a partir do ano de 1977, contando com 61 projetos e mais de 16 mil famílias assentadas<sup>33</sup> (até a data de seu estudo em 2016). Os projetos foram criados para absorver

pequenos produtores rurais (acreanos expropriados ou em vias de expropriação dos seringais e fazendas, bem como trabalhadores rurais do Centro-Sul, expropriados das grandes fazendas mecanizadas, em suas regiões de origem ou expulsos da região de Itaipu)<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. 2006. 210 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

<sup>33</sup> MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas**: caminhadas e aprendizados na região acreana. Rio Branco: Edufac, 2016. p. 21.

<sup>34</sup> MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas**, 2016, p. 40.



É o caso do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, no Acre, criado em 1977, com uma área de 378.395 hectares, destinados a assentar 3.317 famílias, localizados nas intermediações dos municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Vila Capixaba e Vila Campinas<sup>35</sup>. O projeto foi criado não apenas para receber migrantes de outras regiões, como também para absorver sujeitos que haviam migrado para a região de forma espontânea e tomado posse das terras sem intervenção do Estado ou de uma empresa colonizadora e trabalhadores do ciclo da borracha que permaneceram na região.

Para esse projeto, Itaipu Binacional convocou os desapropriados que ainda não haviam sido indenizados ou deslocados da área alagada para uma reunião no Centro Executivo da empresa no dia 17 de março de 1981<sup>36</sup>. Esses desapropriados que ainda não haviam tido uma “solução”, eram principalmente posseiros, meeiros e arrendatários, cuja ausência de títulos oficiais sobre a terra dificultava o recebimento da indenização ou de um valor compensatório para que saíssem das terras em que estavam.

Segundo informe emitido pelo Serviço Nacional de Informação, reconhecia-se 816 famílias de posseiros, meeiros e arrendatários – portanto, sem o título da terra – que ocupavam a área a ser alagada. Diante da inevitável formação do reservatório e da possibilidade de acesso a terras na Amazônia, 191 famílias teriam aceitado ir para o Acre<sup>37</sup>. Essas famílias eram compostas principalmente de trabalhadores do campo, que migraram com o intuito de ter sua própria terra e produzir seu sustento. No entanto, ao chegarem nos lotes aos quais eram destinados, as pessoas encontravam a mata virgem por ser derrubada, sem a infraestrutura adequada para receber essas famílias.

Ainda no contexto do reassentamento dos desapropriados de Itaipu, denúncias eram feitas sobre a condição em que viviam no projeto de assentamento Pedro Peixoto. O secretário de agricultura o Paraná na época, Claus Gerner, após visitar áreas dos programas de colonização para onde foram os desapropriados, fez críticas alegando que havia “ausência de infraestrutura social

---

<sup>35</sup> MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas**, 2016, p. 22.

<sup>36</sup> Documento cedido pelo pesquisador Jacob Blank. Itaipu Binacional. 2913F 0564. AJ/ERFI/0103/81. 19 de março de 1981. Foz do Iguaçu.

<sup>37</sup> SIAN – Sistema de Informações do Acervo Nacional. **Informe nº 0073/17/ACT/83: situação do Projeto de Assentamento Poty (Projeto Poty)**. 16 jun. 1983. Documento: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_NNN\_83004068\_D0001DE0002.



e econômica para a sobrevivência em condições mínimas e à produção economicamente necessária”. Alegou ainda que “na Amazônia os paranaenses estão abandonados à sua própria sorte”, submetidos à alta incidência de malária, falta de assistência médica e água potável, falta de uma serraria acessível para transformar as madeiras em moradias, e que muitos ainda habitavam barracas precárias<sup>38</sup>.

A fala de Germer ganhou força com os relatos concedidos por duas desapropriadas de Itaipu que foram assentadas no PAD Pedro Peixoto. A primeira delas, E.S.<sup>39</sup>, mudou-se ainda criança com sua família para o projeto após terem sido deslocados do município de Guaíra com a construção de Itaipu Binacional. Ela conta que, ao chegarem na divisa entre Rondônia e Acre, todos tomaram a vacina contra febre amarela e quando chegaram no Acre, ficaram na sede do projeto em que se encontravam os funcionários do INCRA e da Emater, para se cadastrarem e esperar a divisão das terras que seriam ocupadas<sup>40</sup>.

Após serem encaminhados aos lotes, as famílias permaneciam acampadas na frente da rodovia enquanto os tratores trabalhavam para abrir as estradas e recebiam equipamentos para a abertura de terra de cada família, pois ainda era tudo mata virgem onde,

*cada um se virava do jeito que podia, então era lona, e aí todo mundo trabalhava, né? As crianças, todo mundo trabalhavam pra limpar a área onde a gente podia melhorar nossa estrutura de lona, a gente cavaca poço pra ter água, a gente localizava igarapé próximo pra poder lavar roupa, fazia fogão de barro...era assim. (...) a própria madeira que era derrubada o pessoal já pegava pra fazer...tirar caibros, tirar tábuas pra poder fazer as casas, né? Essa madeira já era utilizada também pra isso<sup>41</sup>.*

E.S. mudou para o território no início da década de 1980, pelo menos três anos após a criação do PAD Pedro Peixoto, mas quando chegaram ao local, a infraestrutura necessária para se instalarem não existia: nem estradas prontas, nem casas e nem o espaço “limpo” para a construção, pois a mata virgem ainda estava em pé.

---

<sup>38</sup> *Jornal Nosso Tempo*. Germer contra a ida de colonos para a Amazônia. Ano 2. Nº 85. 09 de set. de 1983, p. 10.

<sup>39</sup> Utilizarei as siglas para fazer referência as desapropriadas.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por E.S. a pesquisadora em 04 de janeiro de 2023.

<sup>41</sup> Entrevista concedida por E.S. a pesquisadora em 04 de janeiro de 2023.



A família e E.S. sofriam novamente uma forma de violência por parte do Estado ditatorial. Primeiramente, obrigados a se deslocar da terra em que se encontravam no Paraná para a construção da represa. E naquele momento, sofriam com a ausência de uma local digno e adequado para sua família, tendo que começar do zero.

Tânia Machado Rezende denuncia em seu trabalho que houve um descaso muito grande, pois, “famílias inteiras eram encaminhadas para o Acre em períodos chuvosos (setembro a março), quando não se permitia trabalhar na abertura das matas e a malária os acometia. O pouco dinheiro, ou quase nenhum, de que dispunham logo acabava”<sup>42</sup>.

*A desapropriada E.S. conta que após uma colheita de arroz feita por sua família: “deu uma chuva muito grande e os caminhões tipo atrasaram, é... uns dez dias pra chegar e o arroz, ele mofou inteiro, né? Ele umedeceu. E foi muito triste. Eu me lembro do meu pai chorando, porque ele não podia entregar aquele arroz mofado, né?”<sup>43</sup>.*

E.S. conta ainda que devido às chuvas e às estradas inadequadas, os caminhões-caçamba não conseguiam entrar, impossibilitando o carregamento e comercialização das colheitas.

Outra forma de violência era a negligência com a educação das crianças: “a escola, ela tinha lá só até a quinta série do ensino fundamental. Depois, ou a gente mudava pra cidade, ou não estudava”.<sup>44</sup> Para poder estudar para além da quinta série, ela precisou trabalhar como babá enquanto morava na casa de uma família na cidade de Rio Branco.

M.O., também desapropriada de Itaipu Binacional, era casada com um arrendatário que trabalhava na área rural do município e Guáira, em uma terra que foi alagada pela represa. Ela e seu marido também foram assentados no Projeto Pedro Peixoto. Ele foi primeiro. Ela foi depois, aos 19 anos, com uma filha de seis meses no colo e em cima de um caminhão, numa viagem que durou onze dias<sup>45</sup>. Ao relatar suas lembranças, M.O. reflete sobre a propaganda que era feita sobre as terras no Acre:

*Porque a propaganda foi muito bonita. Eles fizeram vídeos... e colocaram uma propaganda muito bonita, terras de algum*

<sup>42</sup> MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas**, 2016, p. 57.

<sup>43</sup> Entrevista concedida por E.S. a pesquisadora em 04 de janeiro de 2023.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por E.S. a pesquisadora em 04 de janeiro de 2023.

<sup>45</sup> Entrevista concedida por M. O. a pesquisadora em 16 de fevereiro de 2023.



*outro assentamento, não sei que lugar, mas na realidade eles vieram pra cá e foram soltos na mata. Na mata mesmo, bruta*<sup>46</sup>.

A fala da desapropriada remete a elementos já presente nas denúncias anteriores: a mata por ser derrubada e a falta de infraestrutura, sujeitando os assentados não só a se colocarem uma área completamente diferente do que estavam acostumados, como terem que construir toda a estrutura básica para sua sobrevivência, sem oferecer condições mínimas de permanência. Não encontravam no local o que a propaganda prometia e que era usada para convencer os desapropriados a se instalarem nos projetos de colonização dirigida do governo ditatorial.

Na conversa com M.O., ela indica um alívio por não ter permanecido no assentamento. Ela e o marido conseguiram mudar para a periferia de Rio Branco, onde construíram uma lanchonete e seguiram suas vidas. De acordo com ela: *“Deus cuidou de mim, meu marido teve misericórdia”*<sup>47</sup>. Mas quantos tiveram a mesma “sorte” de M.O. e seu marido? Aliás, uma sorte questionável, afinal, M.O. e o marido foram para milhares de quilômetros distantes de suas famílias, passando por uma série de adversidades até conseguirem se estabelecer financeiramente.

Alguns morreram de malária antes mesmo de ter a possibilidade de melhorarem sua condição financeira. Conforme a desapropriada E.S.,

***Famílias inteiras foram dizimadas com malária, aqui, né? Muita gente morreu com malária, porque... era o homem invadindo a floresta, era o homem invadindo a floresta e os mosquitos se rebelando, então assim... É... nós tivemos um ramal, chamado Nabor Júnior, que nesse Ramal inclusive na década de 80, eu acho que 86 eu acho... 86, exatamente, 86, o exército montou um hospital de campanha dentro desse ramal, porque nesse ramal foi onde aconteceu o maior surto de malária. Muitas, mas muitas pessoas morreram. Muitos morreram de malária***<sup>48</sup>.

A denúncia de E.S. vai ao encontro com a matéria do programa de rádio Frente Ampla de Notícias, do município de Marechal Cândido Rondon no Oeste do Paraná, um dos municípios atingidos pelas águas do reservatório de Itaipu

<sup>46</sup> Entrevista concedida por M. O. a pesquisadora em 16 de fevereiro de 2023.

<sup>47</sup> Entrevista concedida por M. O. a pesquisadora em 16 de fevereiro de 2023.

<sup>48</sup> Entrevista concedida por E.S. a pesquisadora em 04 de janeiro de 2023.



Binacional. De acordo com a matéria<sup>49</sup>, que foi ao ar no dia primeiro de setembro de 1981, as famílias reassentadas no Acre pela Itaipu, no projeto Pedro Peixoto, foram atacadas pela malária e outras doenças como sarampo e hepatite. Várias pessoas, entre homens, mulheres e crianças, deram entrada no pronto-socorro de Rio Branco, e uma criança de 8 anos morreu de malária. Segundo a reportagem, os colonos foram alojados em barraca de lonas, mais expostos à malária e aumentando o surto da doença na área.

A matéria faz denúncias graves, indicando que uma assistente social mantida pelo INCRA vinha desenvolvendo serviços de enfermeira para atender as emergências que se multiplicavam. Aponta ainda que há pouco tempo haviam se demitido da coordenadoria geral do INCRA e diretor técnico Raimundo João, principal responsável pelo projeto Pedro Peixoto, e o chefe dos projetos fundiário, Antonio Carbone, por não concordarem com as orientações dadas. Segundo a matéria, os técnicos queriam cobrar do governo serviços, mas o general Moreno Maia, coordenador do INCRA, preferia manter uma boa política com o governo do Acre, tolerando suas falhas<sup>50</sup>.

A matéria é concluída com a denúncia de que 1.500 famílias assentadas viviam em condições precaríssimas, não contando com estrutura adequada para serviços de saúde, educação, transporte, assistência técnica e extensão rural.

A denúncia faz menção a João Raimundo Amorim Pereira. Não encontramos documento que confirme a informação da denúncia, porém, João Raimundo fazia parte da comissão de estudos que buscava alternativas para os problemas fundiários no estado do Acre, junto com Antonio Carlos Carbone, também mencionado na matéria. Ambos vinham junto à comissão, organizada em 1980 por meio de um decreto, apontando estratégias para amenizar os problemas identificados.

O historiador César Martins de Souza demonstra em seu estudo<sup>51</sup> que desde a década de 1970, com a abertura de estradas na Amazônia – como a construção da Transamazônica – já havia preocupação com as consequências que ela poderia gerar para a saúde pública, tendo como exemplo as mortes geradas

---

<sup>49</sup> FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Volume 78. **Malária ataca colonos**. 01 de setembro de 1981. Acervo CEPEDAL.

<sup>50</sup> FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. Volume 78. **Malária ataca colonos**. 01 de setembro de 1981. Acervo CEPEDAL.

<sup>51</sup> SOUZA, César Martins de. Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica. **Tempos Históricos**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 65-91, 2015.



durante a construção da ferrovia Madeira Mamoré. O governo ditatorial, por sua vez, pautava-se na crença no “controle sanitário e aplicações de inseticidas como método eficaz para evitar surtos epidêmicos”<sup>52</sup>, com o uso constante de inseticidas a base de DDT e pesticidas agrícolas, o que se vinculava aos interesses industriais e da “revolução verde” que se estendia pelo Brasil durante a ditadura.

Conforme Martins de Souza,

A crença na prevenção como solução para evitar surtos epidêmicos era tão forte que diversos relatórios de órgãos oficiais expunham as medidas que adotariam como forma de evitar problemas aos trabalhadores e até mesmo às populações da região. Nos discursos, fica evidente que muitos tinham certeza da eficácia das políticas de saneamento e prevenção, incluindo o uso indiscriminado do DDT, para o controle das doenças. **O ministro Rocha Lagoa [ministro da saúde entre 1969 e 1972] afirmou que “não se repetirá a Madeira-Mamoré”, porque se acreditava que os métodos modernos de tratamento ora utilizados eram muito superiores aos de outrora e seriam um instrumento importante para viabilizar a conquista e integração da Amazônia**<sup>53</sup>.

As denúncias mencionadas acima sobre as doenças que se proliferavam entre os assentados, em especial a malária, evidenciam que os métodos modernos não foram suficientes para impedir que pessoas morressem. Sem mencionar as doenças que os migrantes poderiam levar aos povos indígenas que ali viviam.

Martins de Souza cita, inclusive, um discurso de José das Costa Cavalcanti em atividade da SUDAM, em 1970, enquanto atuava como ministro do interior, afirmando que o Ministério do Interior estava cuidando dos elementos necessários para a integração da Amazônia. Reproduzo o discurso abaixo:

Todos sabemos que a empreitada é grande, o trabalho é difícil, muitas dificuldades surgirão, mas essas dificuldades serão estímulos e incentivos para que eles sejam levados a bom termo. Mas, dizia eu, que o fortalecimento da estrutura dessas cidades é importante, o **Ministério do Interior já está cuidando disto. Então é saneamento que vai precisar, são melhores condições de energia, de saúde, são escolas, é habitação (...)**<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> SOUZA, César Martins de. **Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica**, 2015, p. 68.

<sup>53</sup> SOUZA, César Martins de. **Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica**, 2015, p. 69.

<sup>54</sup> CAVALCANTI, Costa. Discurso em 1970 em atividade da SUDAM *apud* SOUZA, César Martins de. **Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica. Tempos Históricos**, Paraná, v. 19, p. 65-91, 2015. p. 70.



As famílias desapropriadas se mudaram para o Acre em 1981, onze anos após o discurso do militar Costa Cavalcanti afirmando garantir a construção de saneamento, energia, saúde, escolas e habitação, o que não existia nos locais na chegada das famílias e quando foram construídos, foi de forma deficitária.

Vale ressaltar que Costa Cavalcanti foi diretor-geral de Itaipu Binacional entre os anos de 1974 e 1985, ou seja, estava no cargo quando ocorreram as desapropriações e o deslocamento das famílias para a Amazônia. Como representante do governo ditatorial, o militar estava a par dos interesses de colonização do território amazônico e Itaipu Binacional, sob sua administração, incentivou o deslocamento de desapropriados para os projetos de assentamento da região.

As doenças e a falta de estrutura básica para a sobrevivência não foram os únicos desafios vivenciados pelos assentados. A pesquisadora Tânia Mara Rezende Machado, migrante do Centro-Sul que também morou no Projeto de Assentamento Pedro Peixoto, narra sua análise sobre a região apontando que apesar do anteprojeto do assentamento recomendar o extrativismo, tendo em vista o “potencial de seringueiras, castanheiras e madeiras em geral”, não havia mercado consumidor para tal, o sistema de loteamento não condizia com as necessidades para a extração do látex, “pois em pequenos lotes, não haveria um número razoável de seringueiras que compensasse desenvolver tal atividade”<sup>55</sup>.

Outra sugestão de potencial econômico contida no anteprojeto era a prática da agricultura, baseada na “tradição agrícola” e na “existência de solos favoráveis”, ao que Rezende Machado questiona: “que tradição agrícola seria esta, se as terras acreanas por muitos anos representaram apenas um suporte para o extrativismo da borracha, o que inclusive impediu o desenvolvimento da agricultura?”. Para a autora, a agricultura familiar poderia ter sido oportunizada e desenvolvida entre os assentados, no entanto, “não foi implantada, por vários motivos, como a falta de condições técnicas para plantio e colheita, estradas para escoamento e mercado para a venda a preços compensatórios”<sup>56</sup>.

O próprio solo da região em que se fixara o assentamento Pedro Peixoto apresentava problemas. Para a desapropriada E.S., ao ser questionada sobre se o solo era favorável à produção agrícola, respondeu:

---

<sup>55</sup> MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas**, 2016, p. 43.

<sup>56</sup> MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas**, 2016, p. 48.



*Não, muito, muito ruim. Inclusive, lá no Projeto Pedro Peixoto hoje, você não vê mais plantios, você só vê gado, capim e gado. Porque o solo, ele é um solo muito argiloso. Tem uma argila, uma argila aqui chamada tabatinga e nada prospera nessa tabatinga, sabe? Só o sapé. E quando começou a aparecer o sapé, o sapé engolia as plantações de arroz, engolia as plantações de milho, sabe? **E aí todo mundo que quis continuar na terra teve que tipo alugar trator pra aradar a terra, gastar uma grana com calcário e outras, outras coisas, e plantar, plantar o capim. Colocar gado**<sup>57</sup>.*

Para conseguir permanecer na terra, os assentados precisaram investir. Porém, muitas famílias que foram reassentadas após a desapropriação de Itaipu Binacional não haviam recebido a indenização devido à ausência de titulação da terra. Teriam recebido apenas pelas benfeitorias, o que não correspondia a um valor muito alto. Muitos gastaram com o deslocamento até o Acre. Com a escassa produção devido ao solo inadequado à agricultura, a falta de estradas ou estradas impróprias que dificultavam o escoamento da produção, ciclos de chuvas intensas, muitos assentados se endividaram com o banco. Alugar trator, comprar calcário e outros elementos necessários para incentivar a produção eram gastos excedentes em uma condição já bastante precária.

### **Considerações finais**

Ao abordarmos a temática ditadura, é de conhecimento mais amplo as formas de violência física que o governo ditatorial usou contra a população: perseguições, torturas e mortes. No entanto, há de se evidenciar outras formas de violência ocasionadas pela ditadura. A pesquisa, que está em desenvolvimento, tem demonstrado como o Estado autoritário atuou em diferentes instâncias e promoveu variadas formas de violência contra a população brasileira.

A construção de Itaipu Binacional forçou milhares de famílias a se deslocarem do território em que estavam, reconstruírem suas vidas, abandonarem familiares, amigos, vizinhos e costumes. A violência novamente esteve presente quando muitas dessas famílias, por falta de opção, condição financeira e/ou motivados por falsas promessas, migraram para os projetos de assentamento dirigidos pelo governo ou por empresas privadas de colonização. A possibilidade de pagamento com prazos extensos e valores mais baixos que as

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida por E.S. a pesquisadora em 04 de janeiro de 2023.



terras disponíveis para venda no Paraná, tornavam-se atrativas aos desapropriados que não possuíam muitos recursos e alternativas.

A Amazônia legal foi destino de muitas dessas famílias, que se estabeleceram em lotes adquiridos por meio de empresas privadas ou por intermédio do INCRA. Destino esse que era incentivado na época por propagandas que abordavam a integração das “terras sem fim” da Amazônia, do “vazio demográfico”. Os lotes eram de fato muito maiores do que aqueles comercializados no Paraná e por preços mais baixos. Porém, os assentados pagavam de outra forma.

A falta e estrutura de moradia, saúde e educação, a dificuldade em desenvolver o cultivo, as doenças, as estradas precárias tornaram a vida dos assentados bastante difícil. Muitos não conseguiram permanecer no local ou assumiram dívidas para tentarem permanecer.

De acordo com a desapropriada e assentada no projeto Pedro Peixoto, E.S.:

*teve gente que por exemplo, assim, veio embora com a família e largou tudo, largou com as galinhas lá e foi-se embora, sabe? E depois voltou e **vendeu a preço de banana pra funcionários do INCRA, funcionários do Banco do Brasil**, médicos, então assim, quem tinha um pouco de grana naquela época, é... chegava e ofertava mesmo, “olha, você não tá dando conta da terra, e tal, eu te dou aqui”, não sei, na época era cruzeiros, cruzeiros novos, reais novos, sei lá, não me lembro qual era a moeda da época, mas o pessoal vendia baratinho e vinha morar na periferia<sup>58</sup>.*

Muitos que chegaram com um sonho de melhorar de vida, de conseguir um grande lote de terra em que pudessem trabalhar, acabaram abandonando a área ou vendendo de forma barata para pessoas vinculadas ao próprio governo, favorecendo a compra de lotes por uma mesma pessoa e possibilitando concentração de terra. Rezende Machado indica em seu estudo que a maioria dos assentados que obtiveram terras no PAD Pedro Peixoto, já haviam vendido ou abandonado suas terras cerca de onze anos após a criação do projeto<sup>59</sup>.

A suposta reforma agrária que o governo ditatorial buscava aplicar, tornou-se mais uma forma de afastar o trabalhador da terra e da possibilidade de

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida por E.S. a pesquisadora em 04 de janeiro de 2023.

<sup>59</sup> MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas**, 2016, p. 46.



sobreviver dela. Favoreceu, porém, o latifúndio, e ainda desarticulou eventuais mobilizações por terra em outras partes do Brasil.

Assim, pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e posseiros que se destinaram aos estados que cercavam a Amazônia, acreditando na possibilidade de conquistar grandes lotes de terra e melhores oportunidades de trabalho, desiludiram-se com o que encontraram, com a desassistência dos órgãos públicos responsáveis por fiscalizar e garantir a efetividade dos projetos de colonização dirigida.

Como bem apontou Guimarães Neto,

A colonização como narrativa que participa da elaboração do mito do *Eldorado*, indicado como a terra da abundância e da fartura, revelou-se, nas difíceis situações vivenciadas pelos camponeses e trabalhadores assalariados do campo, uma experiência marcada pela impossibilidade de possuir ou de manter a posse da terra. **Dessa forma, inúmeros ‘colonos’ e demais pequenos produtores, sem condições de mobilizar capital e meios técnicos adequados para desenvolver a produção agrícola no ambiente amazônico, e, ainda, sob a pressão do endividamento financeira** (os empréstimos bancários) e da desestruturação familiar, **conheceram a ‘terra prometida’ como o lugar da exclusão social**<sup>60</sup>.

Para pagarem as terras dos projetos de colonização – administrados de forma privada ou pública – muitos sujeitos fizeram dívidas, sem terem condições de quitá-las pelo mal desempenho das terras, pela falta de estrutura para produção, más condições das estradas para escoamento e situações afins. Chamamos atenção para o fato de que não basta redistribuir terra, mas é preciso oferecer condições de se manter nela e, conforme foi evidenciado pelos relatos e análises apresentados, essas condições não foram oferecidas, afastando-se das demandas de uma reforma agrária ampla e efetiva.

**Data de submissão:** 20/12/2024

**Data de aceite:** 21/06/2025

## Referências

ARQUIVO NACIONAL. **AESI Itaipu Binacional**. INFORME N° 0502/78 - E/AESI.G/. 09 de outubro de 1978.

Ata de Reunião – Comissão Pastoral da Terra. 13 e 14/12/1978. Acervo pessoal Maria José Castelano.

---

<sup>60</sup> GUYIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Vira mundo, vira mundo**, 2003.



BRASIL. [Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964]. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. [1964]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 31 março. 2025.

BRIGHETTI, Clovis; DAIA, Rosângela. Encobrimento indígena no processo de colonização do Oeste do Paraná. **Revista SURES**, Foz do Iguaçu, n. 9, p. 113-131, 2017.

CAVALCANTI, Costa. Discurso em 1970 em atividade da SUDAM *apud* SOUZA, César Martins de. Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 19, p. 65-91, 2015.

FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. v. 78. **Malária ataca colonos**. 01 de setembro de 1981. Acervo CEPEDAL.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA; ULBRA, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História**, São Paulo, v. 27, p. 49-69, 2003.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 16, p. 186-206, 2014.

*Jornal Nosso Tempo*. Germer contra a ida de colonos para a Amazônia. Ano 2, n. 85. 09 de set. de 1983.

MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Migrantes sulistas: caminhadas e aprendizados na região acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016. Disponível em: <http://www2.ufac.br/editora/livros/migrantes-sulistas.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PRADELA, Luana Milani. **Os grupos dos onze no Paraná: trajetórias**. 2019. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão**. 2006. 210 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RIBEIRO, Alexandre Rodrigues; SILVA, Fábio Carlos da. A colonização promovida por empresas e famílias do centro-sul do Brasil no Estado do Mato Grosso 1958-2008. **Papers do NAEA**, Belém, v. 274, 2010.

SANTANA, Arthur Bernady. BR-163: ocupar para não entregar, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2009. p. 1-9.

SIAN – Sistema de Informações do Acervo Nacional. **Informe nº 0073/17/ACT/83: situação do Projeto de Assentamento Poty (Projeto**



**Poty).** 16 jun. 1983. Documento:  
BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_NNN\_83004068\_D0001DE0002.

SIAN. Serviço Público Federal. **Ofício do INCRA – 4 (09) nº 13.** Curitiba, 09 de maio de 1983. Do: Coordenador Regional do Incra/PR José Guilherme L. Cavagnari. Ao: Sr. Chefe ACT/SNI. Assunto: Projeto Poty. Anexo: Projeto de Assentamento Poty. Documento:  
br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_nnn\_83004068\_d0001de0002.

SOUZA, César Martins de. Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica. **Tempos Históricos**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 65-91, 2015.

TARGANSKI, Sérgio. Desapropriados de Itaipu - rumo ao novo Eldorado. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 21., 2001, Niterói. **Edição Complementar do Livro de Resumos.** Niterói: ANPUH/UFF, 2001.

